CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA



Symaric	
CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA	***************************************
II - DO ÉTICO EXERCÍCIO DO DIREITO DE EXPRES	5ÃO
III - DO ÉTICO EXERCÍCIO SEGURO DAS ATIVIDAD	ES
IV - DO USO DE PRODUTOS ILÍCITOS E ÁLCOOL	***************************************
V - DO ÉTICO USO DA IMAGEM DA CBE	**************
VI - DO ÉTICO AGIR NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO	**************************************
VII - DA ÉTICA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	D DA CBE7
VIII - DO ÉTICO USO DE INFORMAÇÕES	
IX - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTA	
X - DA ÉTICA DA NÃO VIOLÊNCIA	*******************************
XI - DA ÉTICA DA HOSPITALIDADE E DA TROCA DE	PRESENTES
XII - DA ÉTICA DA PUBLICIDADE	***************************************
XIII - DA ÉTICA DAS CONVOCAÇÕES E ESCOLHAS	
XIV - DA ÉTICA DOS TÉCNICOS, DOS ATLETAS E O	UTRA FIGURAS PROFISSIONAIS
***************************************	40
XV - DA ÉTICA DAS RELAÇÕES COM AGENTES PÚ	BLICOS 11
XVI - DA ÉTICA NAS COMPETIÇÕES	***************************************
XVII - DOS ATOS ANTIÉTICOS, DO CONSELHO DE É ADMINISTRAÇÃO	FTICA E DO CONSEI UO DE
***************************************	4.2



CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA

I - DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E VALORES

Art.1°- O Código de Conduta Ética da Confederação Brasileira de Esgrima (CBE) disciplina a conduta da entidade e dos agentes públicos e privados envolvidos com a prática do esporte em território nacional, segundo os bons valores do agir humano e os princípios do COB.

Art. 2° - São princípios básicos da prática desportiva:

I - amor ao esporte

I - compromisso com a atividade esportiva

II - companheirismo e senso de equipe

III - alteridade e respeito ao próximo

V - igualdade entre as pessoas

VI - universalidade na prática do esporte

VII - dignidade da pessoa humana

Art. 3° - O Código de Conduta Ética rege atos e relações jurídicas constituídas no âmbito da atividade esportiva da esgrima.

Parágrafo único – Submetem-se ao Código de Conduta Ética da Confederação Brasileira de Esgrima:

! - pessoas físicas ou jurídicas que compõem os poderes da CBE.

II - atletas, conselheiros, diretores, empregados, estagiários, aprendizes e demais pessoas físicas que mantenham qualquer vínculo com a CBE seja como preposto, voluntário, autorizado e prestador de serviço;

III - patrocinadores, apoiadores e parceiros ou quaisquer pessoas jurídicas que se associam contratualmente à CBE;

IV - fornecedores e todas as pessoas físicas ou jurídicas contratadas pela CBE para fornecimento de bens ou serviços;

 V - qualquer pessoa jurídica ou física que direta ou indiretamente participe de ações desenvolvidas pela CBE

Art. 4° - São objetivos da prática esportiva ética e sã no ambiente da CBE:

I - promover a igualdade entre as pessoas

II - promover estilo de vida baseado na alegria e na felicidade

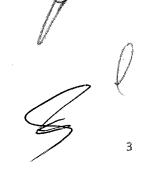
III - promover a valorização do esforço para alcance de resultado

IV - promover os princípios básicos da atividade esportiva

V - promover cidadania e educação

VI - promover a amizade, a excelência e o respeito

VII - promover a competição justa



Art.5° - São deveres das partes que se submetem ao Código de Conduta Ética da CBE:

I - comportar-se de maneira inspirada nos princípios de lealdade, imparcialidade, integridade e honestidade, evitando atos, comportamentos e expressões caracterizadas por animosidade ou espírito de conflito, mantendo relações baseadas na confiança mútua e colaboração e inspiradas em princípios de transparência e respeito mútuo.

II - abster-se de exercer pressão indevida e, se estiverem sujeitos a pressões ou pedidos de favor inerentes à sua atividade ou atividade e/ou função e/ou qualificação e/ou cargo exercido no organograma da CBE por terceiros, eles devem notificar imediatamente a Direção Geral da CBE.

III - executar seus atos respeitando a legislação vigente.

IV - repudiar a prática de qualquer ato ilegal ou conduta criminosa.

V - dar conhecimento a quem de direito de quaisquer práticas ilegais ou condutas criminosas das quais tenha conhecimento.

VI - observar o Estatuto e o Código de Ética da CBE

VII - zelar pela da imagem da CBE e da esgrima olímpica e paraolímpica.

II - DO ÉTICO EXERCÍCIO DO DIREITO DE EXPRESSÃO

Art. 6° - A liberdade de expressão é assegurada a todos e pode ser exercida no ambiente CBE.

Parágrafo único – O exercício da liberdade de expressão deve ser limitado pela igualdade, pela tolerância, pela dignidade e pelo respeito a todos.

Art. 7° - Manifestações pessoais no ambiente esportivo, por meio de palavras, vestuário ou gestos não devem indicar posicionamento religioso, político-partidário ou preferência por agremiação esportiva.

Art. 8° - É indevido o uso de expressões verbais ou escritas que sejam discriminatórias, especialmente quanto à origem, cor, religião, idade, sexo ou orientação sexual de qualquer pessoa.

Parágrafo único - O uso de redes sociais por atletas, comissão técnica e dirigentes deve obedecer ao equilíbrio e à proporcionalidade, evitando-se o uso conflituoso, polêmico ou ofensivo.

III - DO ÉTICO EXERCÍCIO SEGURO DAS ATIVIDADES

Art. 9° - É indevido, no âmbito da CBE, qualquer comportamento, esportivo ou não, que coloque em risco a integridade física de qualquer pessoa.

Parágrafo único – As atividades que causem risco devem ser interrompidas, devendo o chefe imediato, chefe de delegação ou gerente do projeto ser prontamente notificado para que tome as medidas cabíveis.

Art.10° - A CBE deve garantir a segurança e saúde do trabalho nas atividades de seus colaboradores, por meio da obediência as regras de Prevenção de Acidentes.

Parágrafo único - É dever de cada colaborador certificar-se de que possui todos os

/ 1 } equipamentos de proteção individual necessários antes de iniciar suas atividades.

IV - DO USO DE PRODUTOS ILÍCITOS E ÁLCOOL

Art.11 - É indevido - em todo âmbito de prática esportiva e no âmbito da CBE - o consumo de substâncias ilícitas ou proscritas para o esporte, bem como o incentivo ao uso, ou a sua tolerância.

Parágrafo único – Todo atleta, dirigente, integrante de comissão técnica ou colaborador de qualquer natureza tem o dever de comunicar à Direção Geral da CBE o consumo, o uso ou o incentivo ao uso de substância ilícita ou proscrita para o esporte de que tenha conhecimento.

Art.12 - É indevido o uso de álcool no ambiente de prática esportiva e espaços destinados exclusivamente aos atletas e comissão técnica e no ambiente de trabalho, no âmbito da CBE.

Parágrafo único – Excepcionalmente, em confraternizações, eventos ou solenidades, poderá ser permitido o consumo de bebidas alcoólicas, desde que haja prévio consentimento formal do Diretor-Geral.

Art. 13 - É indevido o porte de armas no ambiente de prática esportiva e no ambiente de trabalho, no âmbito da CBE.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica aos profissionais de segurança quando legalmente habilitados para o uso de armamentos.

V - DO ÉTICO USO DA IMAGEM DA CBE

- Art. 14 É indevido o uso não autorizado da imagem da CBE bem como de suas marcas e de seus patrocinadores sem a expressa autorização do presidente ou daquele que represente oficialmente a CBE.
- Art.15 Todo aquele a quem é atribuído serviço, atividade ou função decorrente de um dos poderes da CBE tem o dever de bem representá-lo, zelando por sua imagem.
- Art. 16 Atletas, dirigentes e comissões técnicas possuem o dever de bem representar a marca, o nome e os símbolos da CBE, dentro e fora do ambiente de treinamento e competição.
- Art. 17 É dever de cada colaborador informar sempre que tiver conhecimento de pirataria ou falsificação que envolva o nome, as marcas ou as atividades da CBE.

VI - DO ÉTICO AGIR NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO

- Art. 18 É indevido a qualquer colaborador desempenhar atividades conflitantes com os interesses da CBE.
- Art. 19 As decisões administrativas no âmbito da CBE deverão ter por objetivo a consecução dos interesses da mesma.

- § 1° É indevido o desvio de finalidade decorrente de interesses pessoais ou de terceiros em detrimento da própria CBE.
- § 2° É indevida a participação nos processos seletivos e nos contratos com a CBE e com as Federações associadas, de instituição ou dirigente ou empregado de instituição que tenha colaborado para a confecção do termo de referência utilizado no processo seletivo.
- §3º É indevida a contratação pela CBE de pessoas físicas, bem como cônjuges ou parentes em linha reta ou colateral até 3º grau que sejam empregados da CBE ou de qualquer Federação associada ou que participem de suas diretorias ou conselhos, ou ainda que tenham se desligado destas entidades há menos de 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao início do processo de contratação.
- §4º É indevida a contratação pela CBE de pessoas jurídicas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico, bem como cônjuges ou parentes em linha reta ou colateral até 3º grau sejam empregados da CBE ou de qualquer Federação associada ou que participem de suas diretorias ou conselhos, ou ainda que tenham se desligado destas entidades há menos de 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao início do processo de contratação.
- Art. 20 Como objetivo de impedir conflitos de interesse e mitigar ações prejudiciais ao desempenho da CBE, o colaborador deve:
- I evitar realizar atividades pessoais durante a jornada de trabalho;
- II utilizar equipamentos e materiais da CBE somente para os fins a que se destinam;
- III impedir ações que possam gerar benefícios pessoais ou vantagens indevidas para terceiros.

Parágrafo único – O colaborador que receber informações sobre a existência de negócios jurídicos entre a CBE e um de seus familiares, pessoas com as quais seus familiares tenham estrito relacionamento pessoal, ou com empresas em que tais pessoas figurem como sócias, tenham participação relevante ou exerçam algum cargo de administração, deverá comunicar ao Diretor da sua área funcional, que, por sua vez, deve informar ao Compliance Officer ou ao Presidente.

Art. 21 - Todos os colaboradores possuem o dever de probidade.

Paragrafo único — Todos aqueles que possuírem acesso a recursos financeiros da entidade ou realizarem movimentações bancárias pela CBE têm responsabilidade ética por seus atos ainda que não sejam ilícitos civis ou criminais.

- Art. 22 É devida a prestação de contas de todos os recursos recebidos pela CBE ou por ela intermediados independentemente de sua origem ou de seu destinatário.
- Art. 23 É indevida a utilização de recursos financeiros para fins impróprios, ilícitos ou que possam colocar em risco a integridade da atividade ou evento realizado pela CBE, ainda que não haja especificação de sua destinação.
- Art. 24 É indevida a aplicação de recursos financeiros oriundos da CBE ou por éla intermediados qualquer que seja a sua origem em atividades distintas da sua destinação, ainda que lícita a atividade.

- Art. 25 É devido ao uso responsável de computadores, smartfones, tabletes, telefones e e-mails.
- § 1° É indevido o acesso a sites de conteúdo impróprio bem como o seu armazenamento em equipamentos da CBE.
- § 2º É indevido o uso de redes sociais por parte do colaborador em nome da CBE salvo com autorização do presidente ou daquele que represente oficialmente a CBE.
- § 3° É indevida a utilização de redes sociais de forma agressiva e polêmica, inclusive em nome próprio, definindo-se como colaborador da CBE, atleta, dirigente, membro de comissão técnica ou integrante de seus poderes.
- § 4° Constitui comportamento proibido toda expressão, verbal ou escrita, com a qual um colaborador direto ou indireto da CBE expresse julgamentos que prejudiquem a reputação e as habilidades gerenciais de um colega, as habilidades técnicas de um professor ou instrutor ou professor e das qualidades esportivas de um membro.

VII - DA ÉTICA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA CBE

Art.26 - É dever de todos zelar pelo patrimônio da CBE, bem como de seus poderes.

Parágrafo único – Todos os poderes da CBE, colaboradores, dirigentes, comissões técnicas e atletas devem direcionar seus esforços à guarda e conservação dos bens e empregá-los exclusivamente em atividades da CBE.

Art. 27 - Atletas, dirigentes e comissões técnicas devem fazer uso dos bens da CBE e de seus poderes na medida das suas necessidades observando sempre o dever de zelar pelo patrimônio da entidade, seja no ambiente de treinamento e competição ou fora dele.

VIII - DO ÉTICO USO DE INFORMAÇÕES

- Art.28 As informações produzidas ou armazenadas pela CBE são de sua propriedade.
- Art. 29 É indevida a utilização, sem a autorização formal da CBE, de planos estratégicos, dados financeiros, registros de pessoal, dados contábeis ou gerenciais, relatórios técnicos, contratos ou demais informações a respeito de parceiros, fornecedores e patrocinadores. § 1° É indevida a sua utilização sem a autorização formal de quem tenha atribuição para tanto no âmbito da CBE ainda que as informações não estejam protegidas pelas regras de confidencialidade.
- § 2° É indevido o compartilhamento de informações confidenciais, ainda que no âmbito da CBE, sem a devida autorização.
- Art. 30 É indevida a divulgação de informações acerca de treinamentos, táticas, estratégias ou metodologias esportivas utilizadas sob a chancela da CBE, ainda que por atletas, comissão técnica e dirigentes e mesmo que os beneficiários da informação sejam federações, clubes e agremiações sediadas no Brasil.

Art. 31 - É indevido o uso da informação privilegiada em benefício próprio ou de terceiros, ainda que não se trate de conteúdo sigiloso.

IX - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

- Art. 32 É devida a responsabilidade social corporativa e ambiental, estabelecendo-se relações positivas entre a CBE e a sociedade.
- Art. 33 É indevida a prática de atividades que agridam o meio ambiente e a qualidade das relações esportivas em sociedade ou reduzam o alcance social do esporte.

X - DA ÉTICA DA NÃO VIOLÊNCIA

Art. 34 - É indevida a prática de atos de violência, bem como a doutrinação, a incitação ou a orientação para a sua realização, no ambiente administrativo, de treinamento e competição ou fora dele.

Parágrafo único – Estão abrangidos por este artigo os atos de violência verbais ou escritos, inclusive praticados por meios eletrônicos ou através de redes sociais.

- Art. 35 Reprimir a violência física e psicológica no esporte e valorizar a competição justa e o espírito esportivo, em todas as ocasiões e suas formas de manifestação são deveres de todos.
- Art. 36 É indevida qualquer metodologia de treinamento que utilize práticas ofensivas físicas ou psicológicas atentatórias à dignidade da pessoa humana ou desrespeitosas aos limites morais ou religiosos de natureza individual.
- Art. 37 São indevidas as práticas violentas ou vexatórias entre atletas ou entre treinadores e atletas, definidas como "trote", devendo limitar-se à sadias brincadeiras que contribuem para o ambiente feliz e alegre da prática esportiva.
- Art. 38 É indevido o bullying de qualquer natureza, se a ele praticado nos ambientes de treinamento e competição ou no ambiente administrativo, entre quaisquer pessoas, por quaisquer motivos ou por quaisquer meios.
- Art. 39 É indevido qualquer ato de conotação sexual consensual ou não entre atletas, comissão técnica e dirigentes no ambiente de treinamento, administrativo ou de competições, bem como fora dele.

Parágrafo único — Não estão abrangidas por este artigo as relações consensuais entre adultos travadas fora do ambiente de treinamento, administrativo ou de competição, totalmente desvinculadas das ações da CBE e exercidas em razão do natural direito à liberdade constitucionalmente assegurado.

Art. 40 - É indevido qualquer ato de assédio de natureza moral ou sexual, praticado por quaisquer dos sujeitos ativos submetidos a este código no ambiente administrativo, de treinamento ou de competição, ou fora dele.

Art. 41 - É indevido o excesso tendente à agressão física - nos esportes de impacto físico -

quando nitidamente perceptivel o intuito de desbordar da prática legítima do esporte.

Art. 42 - São indevidas a fraude, a ameaça, a opressão psicológica, a ofensa ou quaisquer outros meios de violência, quer sejam praticados por pilheria, ou com objetivo de reduzir as capacidades esportivas do ofendido em treinamento ou competição.

XI - DA ÉTICA DA HOSPITALIDADE E DA TROCA DE PRESENTES

- Art. 43 É indevido o recebimento, a permissão ou a aceitação de vantagens, presentes ou favores de terceiros, em razão da atuação no âmbito da CBÉ.
- § 1° Ficam ressalvados os presentes corpóreos ou não que não extrapolem 1 (um) salário mínimo vigente à época do fato para itens nacionais e 300 (trezentos) dólares estadunidenses para itens internacionais e que possam estar compreendidos dentre os atos de cortesia essenciais à atividade esportiva.
- § 2° Não são indevidas as percepções de itens meritórios, tais como medalhas, troféus, placas, condecorações e afins, ou itens justificáveis em razão de efetiva contrapartida lícita inerente à função exercida pelo donatário, tais como presenças em locais de eventos em razão do cargo ou função, ou em razão de atividade a ser realizada.
- Art. 44 É vedada a percepção de quaisquer ítens em razão de motivação para a prática de ato de ofício.
- § 1°- É indevida a aceitação de ítens ainda que incluídos no §2°do art.43 quando pendente ato de ofício, vinculado ou discricionário, a ser praticado pelo donatário e de interesse do doador.
- § 2° É indevido ao colaborador prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, qualquer pagamento ou outra vantagem a agente público ou a terceiro a ele relacionado, visando à obtenção de qualquer favorecimento ou expectativa de favorecimento.
- Art. 45 É devida a oferta a personalidades da sociedade civil de presentes, brindes, viagens, hospedagens e ingressos mediante planejamento e justificação prévias aos eventos, limitados à razoabilidade, a alternância de contemplados e à periodicidade.

XII - DA ÉTICA DA PUBLICIDADE

- Art. 46 É devida a publicidade das prestações de conta de todas as entidades do sistema CBE, garantido o amplo conhecimento de receitas e despesas à toda sociedade civil, mediante publicação em seus respectivos sítios na internet.
- Art. 47 São indevidos atos administrativos secretos, salvo os de caráter punitivo ressalvado o amplo acesso aos diretamente legitimados.

Parágrafo único – Não se compreendem neste artigo as estratégias de atuação da CBE e das Federações associadas, bem como os atos esportivos e suas metodologias de treinamento e competição que por sua natureza devam ser omitidos dos demais competidores e do público.

XIII - DA ÉTICA DAS CONVOCAÇÕES E ESCOLHAS

- Art. 48 São devidas aos atletas, técnicos e dirigentes no âmbito da CBE explicitações prévias acerca dos critérios utilizados para convocações de atletas para representação da CBE em competições nacionais ou internacionais.
- § 1° São indevidas convocações de atletas em desconhecimento ou descumprimento de critérios previamente anunciados pela CBE.
- § 2° É devida a utilização de critério meritório para os atos administrativos- esportivos mencionados neste artigo.
- Art. 49 São devidas justificações objetivas ainda que sucintas para a indicação, escolha ou contratação de comissão técnica, dirigentes ou integrantes de missões ou competições nacionais ou internacionais, por parte da CBE.

Parágrafo único – É devida a utilização de critério meritório para os atos administrativosesportivos mencionados neste artigo.

XIV - DA ÉTICA DOS TÉCNICOS, DOS ATLETAS E OUTRA FIGURAS PROFISSIONAIS

- Art. 50 É proibido ao professor ou instrutor conceder au las, além de atividades organizadas pela CBE ou acampamentos de verão, a atletas com filiação válida junto às EPDs Afiliadas diferentes daquela em que o professor ou instrutor trabalhar como professor.
- § 1°- Em qualquer caso, a possibilidade de um acordo expresso entre as EPDs interessadas é garantida.
- § 2° É proibido aos professores, instrutores e outros profissionais exercer pressão sobre os atletas regularmente cadastrados para se mudarem para outro afiliado.
- § 3° É proibido aos técnicos das equipes federais exercer qualquer tipo de pressão que induza os atletas a mudar de sociedade.
- § 4° Constitui comportamento proibido qualquer expressão, verbal ou escrita, com a qual um professor ou instrutor expressa julgamentos que prejudiquem a reputação e as
- § 5° Durante eventos internacionais envolvendo atletas chamados ou autorizados pela CBE, é proibido aos técnicos e acompanhantes prestar assistência técnica na plataforma durante um assalto em que dois atletas do mesmo clube ou país, se enfrentam.
- § 6° É proibido aos atletas, mesmo que possuam a qualificação de "não agonistas", ter aulas, além de atividades organizadas pela CBE ou acampamentos de verão, por mestres ou instrutores que trabalham em EPDs afiliada que não seja aquele onde o atleta está registrado ou que, se pertencer a um grupo de esportes ou corpo militar, indicou como local
- § 7° Em qualquer caso, a possibilidade de um acordo expresso entre os Afiliados em

XV - DA ÉTICA DAS RELAÇÕES COM AGENTES PÚBLICOS

- Art. 51 É devido o relacionamento cortês e probo com todos os agentes públicos.
- Art. 52 É indevido o oferecimento, a promessa, a entrega ou a concordância com o pedido de vantagem ilícita para qualquer agente público, parentes ou interposta pessoa, ainda que para obtenção de vantagem lícita para a CBE ou seus poderes.
- Art. 53 É indevida qualquer tratativa com agente público ainda que por interposta pessoa visando o favorecimento da CBE ou de seus poderes.

Parágrafo único – É indevida qualquer tentativa por parte da CBE ou de seus poderes de influenciar ato ou decisão do agente público em sua competência ou atribuição, ainda que o seja em benefício do esporte.

- Art. 54 É indevido o pagamento de gratificações a agentes públicos.
- § 1° Pagamentos de refeições para agentes públicos que não violem as regras de cortesias e normas deste Código serão permitidos se em valor, periodicidade e circunstâncias razoáveis, dentro de parâmetros socialmente aceitáveis e de forma não ostentatória, realizadas com transparência e devidamente formalizados.
- § 2° São indevidas as ofertas de descontos fora da prática comercial de mercado, bem como oferta de emprego a parentes até o 3° grau de agentes públicos, como forma de gratificação.
- § 3° Ofertas de presentes, brindes, viagens, hospedagens e ingressos a agentes públicos serão devidos conforme planejamento e justificação prévios aos eventos, límitados à razoabilidade, a alternância de autoridades contempladas e à periodicidade.
- § 4° Não são considerados indevidos os benefícios e cortesias, as viagens, as hospedagens, os ingressos e os atos de hospitalidades concedidos pela CBE a uma contrapartidas à CBE.

XVI - DA ÉTICA NAS COMPETIÇÕES

Art. 55 - É indevida a realização de apostas - ou a participação, direta ou indireta em atos de exploração financeira, individualmente ou através de loter as ou empresas - em resultados relacionadas com esportes olímpicos.

Parágrafo único — É indevido oferecer vantagem econômica com vistas a alterar o resultado de jogos ou de competições.

Art. 56 - É indevido oferecer vantagem econômica, ainda que através de patrocinadores - fora do planejamento formal e público da CBE - a atletas brasileiros ou estrangeiros, em função de resultados em jogos ou competições.

Parágrafo único - Prêmios e remunerações decorrentes de vitórias são devidos desde que

/11

incluídos previamente no planejamento da entidade.

XVII - DOS ATOS ANTIÉTICOS, DO CONSELHO DE ÉTICA E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art.57 - Todo ato ilícito, civil ou criminal; todos os atos indevidos estabelecidos neste Código e todas as violações a regras de natureza ética estabelecidas em regulamentos e estatutos da CBE, do COB e do COI são considerados atos antiéticos, sujeitando os infratores a sanções estabelecidas no art. 58 a serem aplicadas pelo Conselho de Ética, garantido ao acusado, em qualquer circunstância, o contraditório e o amplo direito de defesa.

Parágrafo único – São consideradas faltas graves de natureza ética os atos antiéticos passíveis de sanção conforme os incisos II, IV, V e VI do art. 58.

Art. 58 - Os atos antiéticos são passíveis de punição com uma ou mais das seguintes sanções:

I - Advertência, reservada ou pública;

II - Suspensão, por até 5 anos

III - Multa, de R\$ 10.000,00 (dez mil) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), corrigida monetariamente - a cada ano - pelo IPCA, até a data do efetivo pagamento.

IV - Proibição de acesso aos locais de competição, por até 10 anos;

V - Proibição de participar de qualquer atividade relacionada ao esporte olímpico, por até 10 anos;

VI - Banimento do esporte olímpico.

Parágrafo único – Entende-se por suspensão a impossibilidade temporária de exercício de quaisquer funções junto a CBE e Federações Entende-se por proibição a vedação ao exercício de quaisquer funções em todo o sistema olímpico e paraolímpico.

- Art. 59 Compete exclusivamente ao Conselho de Ética da CBE processar e instruir os procedimentos decorrentes de atos antiéticos na forma do seu Regimento Interno e do Estatuto da CBE.
- §1º Caberá ao Conselho de Ética, na forma do Estatuto da CBE aplicar as penas indicadas no art. 58.
- § 2° Quando a reprimenda cabível envolver as adequações ou interrupções de relações jurídicas mantidas pela CBE, a decisão do Conselho de Ética, neste particular, tem valor de recomendação dirigida à Presidência, aplicando-se outras sanções, acaso pertinentes, de forma cumulada.
- § 3° Sempre que houver concurso de infrações, a sanção a ser imposta deverá se pautar pela conduta mais grave e aumentada de forma apropriada a depender das circunstâncias presentes no caso.
- § 4° Como regra geral, as violações a este Código de Ética prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do conhecimento do caso pelo Conselho de Ética. O prazo de prescrição será suspenso em caso de abertura de processo investigatório a respeito do fato.



§ 5° As infrações qualificadas como assédio sexual, abusos, subornos ou corrupção não estão sujeitas à prescrição.

Art. 60 - As decisões do Conselho de Ética são irrecorríveis no âmbito da CBE.

Art. 61 - Este Código de Conduta Ética da CBE entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2019.

Giacomo Guarnera

Ana Paula Dimitrow Gracia Pereira Portugal

Elton Shimbo Carmona